

CONTRATO CEDAE N.º 067 /2019 (DJG)

que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**
e a **TAUNAY & ROCHA ADVOGADOS**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Jurídico de Gente e Gestão, Sr. JOSÉ SABA FILHO, doravante denominada **CEDAE**, e o Escritório **TAUNAY & ROCHA ADVOGADOS**, sediado na Rua Araújo Porto Alegre, n 36, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 20.030-013, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.246.333/0001-29, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. JAYME SOARES DA ROCHA FILHO, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito no CPF sob o nº 012.515.167-50 e inscrito na OAB/RJ sob o nº 81.852, residente e domiciliado na Rua Sambaíba, nº 500, apt. 501, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.058/2017**, mediante **Concorrência Nacional nº 201/2018**, justo e contratado o presente, que se regerá pela Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei 8.883/94 e da Lei 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287 de 04/12/79, assim como pelo Decreto 3.149 de 28/04/80, pela Legislação pertinente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **"CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, PARA PATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS DE NATUREZA CÍVEL EM TRÂMITE NAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA, VARAS CÍVEIS, VARAS EMPRESARIAIS DA JUSTIÇA ESTADUAL, BEM COMO AS DA JUSTIÇA FEDERAL QUE TEM A CEDAE COMO PARTE"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por **Concorrência Nacional - CN nº 201/2018**, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

Parágrafo Primeiro - Os escritórios contratados para a execução dos serviços receberão a proporção de 50% para cada escritório, sem prejuízo, contudo, de que a distribuição obedeça critérios estabelecidos pela Comissão de Fiscalização a ser nomeada pela Companhia, considerando a análise de melhor conveniência para distribuição dos processos, limitada a diferença quantitativa de acervo ao percentual de 10% (dez por cento). O acervo de demandas de natureza cível da **CEDAE** conta, atualmente, com aproximadamente vinte e um mil processos.

Parágrafo Segundo - As novas demandas ajuizadas em face da **CEDAE**, ou que venham a ser por ela intentadas, serão distribuídas de forma proporcional aos novos escritórios, observando-se predominantemente o quantitativo de processos de cada um dos escritórios, com vistas a manter uniformidade em relação ao quantitativo de cada um, sem prejuízo de que a distribuição obedeça critérios estabelecidos pela Comissão de Fiscalização, com base na análise de melhor conveniência, a ser balizada pelo desempenho dos contratados no acordo de nível de serviço para distribuição dos serviços, limitada a diferença em números de processo a 10% do total de acervo cabível a cada contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial, sendo que as obrigações dele decorrentes, ainda remanescentes, só se extinguirão efetivamente com o arquivamento e baixa definitiva de todos os processos patrocinados pelos Escritórios, exceto nos casos de extinção do contrato.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93, desde que a proposta do **CONTRATADO** seja mais vantajosa para a **CEDAE**.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

- I - Realizar os pagamentos devidos ao escritório contratado, nas condições estabelecidas neste edital, ou ainda, reembolsar o contratado pelas despesas efetuadas com custas e emolumentos;
- II - Fornecer ao contratado documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução dos serviços; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto da licitação nas formas definidas;
- III - Fornecer, sempre que deles dispuser, os elementos solicitados pelo **Escritório**, referentes aos argumentos de defesa de seus direitos
- IV - Quando os serviços forem prestados fora do Estado do Rio de Janeiro, fornecer passagens, estadia e diária, de acordo com as normas da **CEDAE**, ou optar ressarcir essas despesas ao Escritório contratado, mediante a aprovação prévia dos gastos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- I - Conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, e seus anexos, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- II - Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**, mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- III - Possuir estrutura física (escritório) na Cidade do Rio de Janeiro, de forma a possibilitar o comparecimento dos advogados em audiências, sessões de julgamento e reuniões, bem como para a prática de quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento do contrato, devendo a equipe técnica de advogados indicada na fase de qualificação técnica e a respectiva equipe de apoio do escritório prestarem os serviços no referido espaço físico;
- IV - Prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ele imputáveis;
- V - Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- VI - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- VII - Articular-se, no primeiro mês do contrato, quando for o caso, com o anterior prestador de serviços, objetivando a transferência dos processos em curso, de forma a haver continuidade da prestação de serviços;
- VIII - Não divulgar nem fornecer a terceiros dados ou informações referentes aos serviços executados para a **CEDAE**, salvo com autorização expressa e por escrito da mesma;
- IX - Solicitar à **CEDAE**, em prazo hábil e por escrito, as providências que dependam de sua atuação, relativas aos processos em curso;
- X - Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos incidentes sobre o objeto do presente contrato;
- XI - Designar, para a condução de cada processo, pelo menos um dos integrantes da equipe técnica indicada para a execução dos serviços;
- XII - Somente atender às recomendações de natureza técnica ou geral emanadas da **CEDAE**;
- XIII - Não patrocinar causas que tenham como interessadas partes que estejam em litígio com a **CEDAE**;
- XIV - Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da **CEDAE**, sob seus cuidados profissionais;
- XV - Apresentar, até o dia 10 (dez) de cada mês, relatório de acompanhamento dos processos entregues ao seu patrocínio, contendo os dados considerados na **Resolução PGE nº 1.965/04**, anexando a este relatório cópia das principais peças acostadas aos autos pelas partes, quando for o caso;
- XVI - Disponibilizar o relatório aludido no item anterior por meio de impressos, mídias, e-mail ou através de qualquer outro meio informatizado, conforme solicitado pela **CEDAE**;
- XVII - Independentemente do relatório solicitado no item XV desta Cláusula, a **CEDAE** poderá solicitar a apresentação de relatório(s) circunstanciado(s) e/ou de contingência do(s) processo(s), em trâmite ou já encerrado(s), bem como nota(s) técnicas(s) com juízo de valor, relativamente às causas sob seu patrocínio, na forma que indicar e no prazo que fixar;
- XVIII - Informar no recebimento da causa e sempre que solicitado, previsão do valor que montará uma eventual condenação total e estimativa de risco dentro do parâmetro: remoto, possível, provável;
- XIX - Fornecer as informações processuais e manter o sistema de dados / gerenciamento processual atualizados;
- XX - Responder, juntamente com os seus sócios e integrantes não-sócios, solidária e ilimitadamente, pelos danos causados à **CEDAE** por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo de outras responsabilidades legais;
- XXI - Utilizar todos os recursos, ações, requerimentos e impugnações admitidos em direito como meio de defesa e garantia dos direitos da **CEDAE**, somente eximindo-se desta responsabilidade caso a **CEDAE** autorize por escrito a não utilização de um destes instrumentos;
- XXII - Cumprir fielmente o contrato, de forma que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição;
- XXIII - Executar todos os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos mesmos;
- XXIV - Fornecer todo e qualquer material necessário à execução dos serviços contratados;
- XXV - Assumir inteira responsabilidade cível e administrativa por quaisquer danos e prejuízos oriundos de omissões ou atos praticados por seus empregados e prepostos, durante a execução do contrato;
- XXVI - Fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pela **CEDAE**, todas as informações relativas aos processos sob seu patrocínio, sem prejuízo do disposto no item XV desta Cláusula (relatórios);

XXVII - Arcar com todos os custos relacionados com o seu pessoal, necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos devidos bem como os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e quaisquer outros não mencionados;

XXVIII - Solicitar à **CEDAE**, por intermédio do Gestor do Contrato, autorização expressa e prévia, por escrito, para a celebração de acordos, desistência de feitos, renúncia ou desistência de recursos bem como quaisquer decisões que possam dar termo ao processo;

XXIX - Propor, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da documentação pertinente, as ações judiciais solicitadas pela **CEDAE**, salvo manifestação expressa da **CEDAE** em sentido contrário, e exceto nos casos em que esteja na iminência de ocorrer prescrição, decadência ou perda de outro direito ou benefício, hipóteses em que tais ações deverão ser propostas imediatamente.

XXX - O **CONTRATADO** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital e todos os seus anexos, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

XXXI - O **CONTRATADO** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro - Será obrigação do **CONTRATADO** manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, ressaltando-se, ainda, que, com relação à equipe indicada na fase de habilitação-qualificação técnica na hipótese de desligamento de qualquer dos seus membros, este deverá ser substituído por outro profissional de igual ou superior qualificação técnica, com a respectiva aprovação da Contratante, nos termos do §10º do artigo 30 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo - O **CONTRATADO** deverá prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Terceiro - O **CONTRATADO** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Quarto - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Quinto - O **CONTRATADO** adotar se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Sexto - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento na forma da cláusula oitava.

Parágrafo Sétimo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados..... 2%;
- II - de 201 a 500..... 3%;
- III - de 501 a 1.000..... 4%;
- IV - de 1.001 em diante. 5%.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Fonte: 10
Código Orçamentário: 33903982
Programa de Trabalho: 2200022016
Conta Contábil: 411110304
Centro de Custos: DP06000000
Id da Reserva Orçamentária: 2019000634.



Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total estimado de **R\$ 12.680.616,00 (doze milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e dezesseis reais)** com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

a) Valor unitário por processo: **R\$ 41,90 (quarenta e um reais e noventa centavos)**

Parágrafo Primeiro - O preço dos honorários incluem:

- a) a interposição de todos os recursos em direito admitidos;
- b) todas as despesas necessárias ao regular patrocínio do aludido processo, incluindo-se aí as despesas de reprografia inerentes ao processo, as despesas de transporte dentro do Estado do Rio de Janeiro e os custos operacionais do Escritório, tais como, telefone, fax, internet, serviços de recorte de publicações, correio, malote, etc;
- c) as despesas de envio de documentos aos locais indicados pela **CEDAE**.

Parágrafo Segundo - No valor ajustado no *caput* desta Cláusula, estão incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciários e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste **CONTRATO**.

Parágrafo Terceiro - O escritório contratado terá direito ao percentual de 50% dos honorários de sucumbência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da **CEDAE**. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1) A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2) A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5) Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6) Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7) Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10) Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão

do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1) A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2) De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3) No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4) Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5) Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dois prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6) A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - O **CONTRATADO** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade do **CONTRATADO**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão, sub-rogação ou subcontratação dos serviços contratados.

Parágrafo Oitavo - O **CONTRATADO** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá o **CONTRATADO** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo décimo primeiro, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

O **CONTRATADO** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - O **CONTRATADO** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo - O **CONTRATADO** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - O **CONTRATADO** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou as respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Parágrafo Quarto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo terceiro ensejará a imediata expedição de notificação ao **CONTRATADO**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

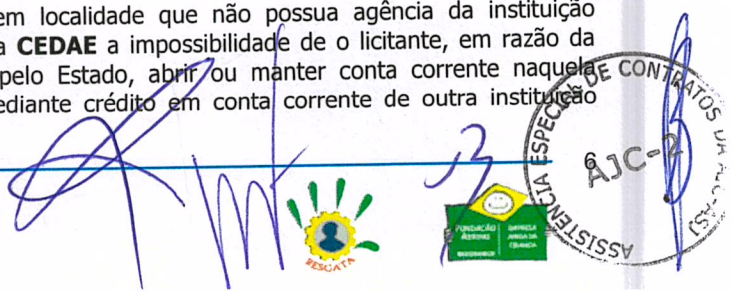
Parágrafo Quinto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sexto - No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação ao **CONTRATADO** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 24 (vinte e quatro) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pelo **CONTRATADO** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VII deste edital.

a) No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição



Handwritten signature and official stamps, including a circular stamp with the text "ASSISTÊNCIA ESPECIAL EM CONTRATOS" and "AJC-2".

financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo futuro contratado.

Parágrafo Primeiro - Pela prestação dos serviços a **CEDAE** pagará mensalmente aos **Escritórios** um valor total certo e ajustado por processo entregue ao seu patrocínio. Os montantes mensais devidos aos **Escritórios** equivalerão à multiplicação do valor unitário pelo número de processos patrocinados no mês.

a) Os pagamentos devidos pela **CEDAE** ao **CONTRATADO** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

b) As faturas deverão ser precedidas da apresentação dos relatórios correspondentes aos processos patrocinados, os quais farão jus ao recebimento de honorários, à Comissão de Fiscalização, que aprovará a emissão da Nota Fiscal.

c) Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso o **CONTRATADO** não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o Parágrafo Oitavo, da cláusula quarta do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato

Parágrafo Segundo - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela **CEDAE** no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pelo **CONTRATADO** do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Terceiro - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou as respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Parágrafo Quarto - Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quinto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do **CONTRATADO**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.

Parágrafo Sétimo - Serão ressarcidas as despesas de transporte, viagem e hospedagem, fora do Estado do Rio de Janeiro, que, caso necessárias, deverão ser previamente aprovadas pela **CEDAE**, em formulário próprio.

Parágrafo Oitavo - Qualquer despesa feita sem autorização prévia e expressa da **CEDAE** não será ressarcida.

Parágrafo Nono - O **CONTRATADO** deverá informar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, as despesas necessárias ao pagamento de taxas, custas judiciais e depósitos recursais relativos aos processos por ele patrocinados.

a) A solicitação deverá ser encaminhada a **CEDAE**, através de sua Assessoria Jurídica, que providenciará o recolhimento devido e a devolução do comprovante ao **CONTRATADO** em prazo hábil para a prática do ato processual.

b) Não havendo comunicação das despesas no prazo supra referido, o **CONTRATADO** se obrigará ao seu pagamento com recursos próprios, que serão reembolsados pela **CEDAE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do pedido de reembolso acompanhado da cópia das respectivas despesas realizadas.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo oitavo da cláusula quarta do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba ao **CONTRATADO** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais, em especial a cláusula quarta; a insolvência civil; a cessão ou subcontratação parcial ou total dos serviços sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**; a litigância em nome próprio, em face da **CEDAE**, no polo ativo ou passivo de demanda judicial de qualquer natureza, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os Artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (Art. 79, inciso I) sem que caiba ao **CONTRATADO**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADO** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o **CONTRATADO** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo: Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará o **CONTRATADO** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

- a) A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do Parágrafo Primeiro, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, será imposta pelo Sr. Presidente da CEDAE, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c" do parágrafo primeiro, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

- a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **CONTRATADO** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - O valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

- a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
- b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A **CEDAE** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante Repactuação ou Revisão de Preços.

Parágrafo Primeiro - Os valores contratados poderão ser reajustados, periodicamente, pelo IGP-M a cada 12 meses de vigência contratual; ficando estabelecido como termo inicial (data base), para fins de cálculo do índice aplicável, a data de apresentação da proposta de preços pelo **CONTRATADO**, sendo possível a negociação entre as partes a seu respeito.

- a) Caberá à Comissão de Fiscalização e à Auditoria Interna certificarem-se acerca do valor informado pelo **CONTRATADO**, opinando a respeito dos cálculos apresentados.
- b) O valor de reajuste, mesmo que estimado, deverá ser sempre considerado pela Comissão de Fiscalização na justificativa de prorrogação encaminhada ao Administrador, possibilitando-lhe, com isso, conhecer e confirmar a economicidade e vantagem na manutenção do contrato.
- c) O reajuste deverá ser pleiteado em tempo hábil para ser implementado juntamente com a prorrogação contratual. Uma vez prorrogado o contrato, não mais poderá ser revisto o seu preço senão pela superveniência de fatos imprevisíveis, de consequências insuperáveis, nos termos do art. 65, II, alínea "d", da lei 8.666/93.
- d) Como índice de reajuste de preços será adotado o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, tendo como data base o mês de referência da proposta de preços do **CONTRATADO**. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\frac{I - Io}{Io} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = IGPM correspondente ao mês de reajustamento

Io = IGPM correspondente ao mês de referência da proposta de preços do **CONTRATADO**.

Parágrafo Segundo - Independentemente de solicitação, a **CEDAE** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

Parágrafo Terceiro - O prazo decadencial convencionado para o **CONTRATADO** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação

do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA - EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações do **CONTRATADO** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos ao **CONTRATADO** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar do **CONTRATADO** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas ao **CONTRATADO**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que o **CONTRATADO** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, o **CONTRATADO** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

Parágrafo Único - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender ao todas os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA - EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte do **CONTRATADO**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pelo **CONTRATADO**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação; conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ n. 262/2014.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA - NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Terceiro - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Quarto - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quinto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

Parágrafo Sexto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), será exigido, ainda, o seguro multiriscos básico, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sétimo - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

Parágrafo Oitavo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias (ou 6 meses – conforme estabelecido no prazo de execução dos serviços do termo de referência, se em meses ou dias).

Parágrafo Nono - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Décimo - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena da multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VIII do edital de licitação.

Parágrafo Décimo Segundo - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo Terceiro - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Quarto - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link: www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PRIMEIRA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

O **CONTRATADO** indica como responsável pelos serviços ora contratados, JAYME SOARES DA ROCHA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 012.515.167-50 e na **OAB/RJ** sob o nº 81.852, que fica autorizado a representá-lo, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - O **CONTRATADO** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços do **CONTRATADO**, o Acordo de Nível de Serviço – ANS, o edital da licitação por Concorrência Nacional - CN nº 201/2018 – ASL-DP (Processo E-07/100.058/2017) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO

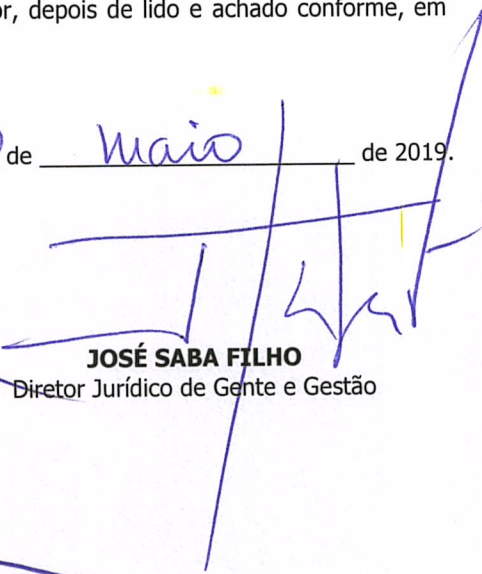
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2019.

Pela **CEDAE**:


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente


JOSÉ SABA FILHO
Diretor Jurídico de Gente e Gestão

Pela **CONTRATADA**:


JAYME SOARES DA ROCHA FILHO
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-TAUNAY-&-ROCHA-ADVOGADOS-contratação-de-escritorio-de-advocacia-CN-201-2018-VBO

ANEXO I

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – ANS
ANEXO AO CONTRATO CEDAE Nº _____/_____

I. Disposições gerais:

- 1.1.** Fica estabelecido entre as partes o presente Acordo de Nível de Serviços – ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pelo Contratado;
- 1.2.** A medição da qualidade dos serviços prestados pelo Contratado será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3.** As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando o Contratado das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
- 1.4.** A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual, sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para o Contratado;

II. Dos procedimentos:

- 2.1.** O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pelo Contratado.
- 2.2.** Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará o Contratado para que este solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos o prazo de 3 (três) dias corridos.
- 2.3.** A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser enviada pela CONTRATANTE por meio físico ou por correio eletrônico em endereço eletrônico a ser fornecido pelo CONTRATADO quando do início da execução do contrato, presumindo-se a ciência no caso de ausência de resposta.
- 2.4.** A notificação será enviada ao preposto do Contratado, ou por meio eletrônico na forma indicada no item acima o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto", observada a presunção de ciência acima referida.
- 2.5.** O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço.
- 2.6.** Em até cinco dias úteis anteriores ao pagamento da fatura mensal, o Fiscal do Contrato informará ao Contratado o resultado da avaliação mensal do serviço.
- 2.7.** Constatada a infração cometida pelo Contratado, não sendo acolhidas as razões de esclarecimento prestadas à CEDAE, a Comissão de Fiscalização indicará o desconto da fatura mensal a ser implementado, na forma dos itens 2.2 e 2.4.
- 2.8.** O Fiscal do Contrato, ao receber do Contratado as faturas mensais para ateste, informará à Gerência Financeira sobre a dedução referente à infração verificada e já notificada ao Contratado.
- 2.9.** O Fiscal do Contrato juntará à fatura os termos de notificação produzidos no período e os encaminhará para pagamento.

III. Do sistema de pontuação:

- 3.1.** O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.
- 3.2.** As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo:

Tipo	Ocorrência	Valoração
Brandas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Deixar de enviar relatório mensal de resultado de julgamentos de feitos em todas as instâncias; 2. Ausência de informação prévia acerca de diligência a ser acompanhada por funcionário da companhia; 3. Deixar de enviar relatório anual consolidado de atividades do escritório; 4. Ausência de envio de relatório de audiências em, no máximo, 48h após o ato processual, inclusive informando sobre a ausência de preposto; 5. Ausência de envio semanal de pauta de audiências e julgamentos, com a discriminação dos respectivos objetos. 6. Deixar de encaminhar cópias e / ou informações solicitadas pela equipe interna, no prazo de até 48h; 10. Deixar de dar baixa em processo "arquivado" ou "baixado" junto ao Sistema Gerenciador de Processos Judiciais e/ou no relatório de contingência; 11. Deixar de informar a existência de depósitos judiciais; 12. Deixar de informar a fixação de multas ou a majoração destas; 	01 Ponto
Tipo	Ocorrência	Valoração
Moderadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de entrega do relatório de contingência corretamente elaborado em consonância com as regras estabelecidas pela companhia, no prazo estipulado; 2. Ausência de registro de compromisso, inclusão de decisões e respectivas providências para cada andamento incluído no sistema de gerenciamento de processos adotado pela companhia, em, no máximo, 48h após a publicação no diário oficial, bem como dar ciência ao advogado responsável; 3. Ausência de solicitação de recolhimento de custas em 4 dias de antecedência do prazo; 4. Ausência de pedido de dispensa para a distribuição de memoriais e realização de sustentação oral, bem como interposição de recursos; 5. Preenchimento incorreto ou incompleto de guias de depósito judicial, recolhimento de custas e pagamentos em execução, inclusive com indicação de contas de titularidade da CEDAE; 6. Ausência de envio mensal de relatórios de mandados de pagamento expedidos em favor da companhia, com as respectivas cópias; 7. Solicitar dilação de prazo sem orientação do advogado responsável; 8. Deixar de observar orientações para a elaboração de defesa; 	02 Pontos
Graves	<ol style="list-style-type: none"> 1. Perda de prazo ou apresentação de defesa insubsistente; 2. Ausência de advogado para a realização de audiências; 3. Ausência de entrega de memoriais e sustentação oral em processos para os quais haja determinação da assessoria jurídica cível da companhia. 4. Deixar de observar o prazo para encaminhamento de relatório de faturamento padronizado pela Comissão de Fiscalização do Contrato. 5. Não encaminhamento de minutas de peças processuais para revisão pelo advogado interno, quando solicitado pela assessoria jurídica cível da companhia. 	03 Pontos

IV. Da faixa de ajuste no pagamento:

4.1. A depender da pontuação acumulada pelo Contratado ao longo do mês em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela **CEDAE**, escalonando-se os percentuais de dedução conforme quadro abaixo:

Pontuação	Ajuste
01 ponto	Desconto de 0,5% sobre o valor total da fatura mensal
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal

4.2. Em caso de não acolhimento das razões do Contratado, apresentada à Comissão de Fiscalização na forma do item 2.5, o desconto na fatura será realizado na forma da tabela acima, em decisão irreversível.

4.3 Para que seja feito o desconto percentual da fatura, deverá ser observado o seguinte procedimento:

4.3.1 Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará o Contratado para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos o prazo de 3 (três) dias corridos.

4.3.2 O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço.

4.4. Findo o mês de competência para apuração do nível de conformidade dos serviços, a pontuação acumulada será zerada para o mês/competência subsequente.

5. Das demais penalidades e do foro:

5.1. O presente Acordo de Nível de Serviço não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, bem como daquelas estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual.

5.2. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro.

